

Ata da Sexta Sessão Extraordinária da Câmara de Vereadores de Macaparana, segundo período do ano de 2023. Aos 29 dias do mês de dezembro do ano de 2023 em Macaparana, Estado de Pernambuco, no Salão da Casa Dr. Benjamin Mariz, localizada na Av. João Francisco Nº 110, onde se encontra instalada a Câmara de Vereadores desse Município. Ali às 11 horas encontram-se presentes o Exmo. Sr. Pedro de Moraes Vieira, Presidente da supramencionada Câmara de Vereadores, os Exmos. Srs. Vereadores José Iranilton, de Santana e Heronildo Ponciano de Lemos, 1º e 2º Secretários da Mesa Diretora da Câmara respectivamente e os demais pares: José Antônio da Silva, Adaias Lucena dos Santos JR, José Aguielo de Arruda Filho, Josias Alexandre Alves da Silva, Ricardo Alexandre Xavier Coutinho da Silva, Jones Fernando de Lima Moura e José Paulo Medeiros da Silva. Visto que todos os vereadores estavam presentes no recinto, o Exmo. Sr. Presidente Pedro de Moraes Vieira deu início a sessão, solicitando a leitura de um trecho bíblico e em seguida determinou que o Primeiro Secretário fizesse a apreciação das proposições. Antes, o presidente deixou claro que estava cumprindo uma ordem de liminar, solicitada pelo Juiz, que determina uma convocação de uma sessão extraordinária para apreciação, apresentação, discursão e votação do Projeto de Lei nº 18/2023 em regime de urgência. O vereador Jr pediu a palavra e informou que se fossem seguir o regulamento da casa, esse tipo de material não poderia ser colocado em regime de urgência, logo em seguida, o vereador Jones Fernando solicitou o aparte e discordou do nobre par, lembrando que estavam no período extraordinário, fazendo assim com que a limiar se torne mais relevante que as regras da casa. O presidente colocou o regime de urgência em votação e o mesmo foi aprovado por 6 x 4 votos, seguindo para discursão. O vereador José Aguielo pede a palavra e menciona que essa é uma sessão histórica, pelo motivo de ter atropelado o regimento interno da casa, seguindo ordem de um senhor que se acha mais que o prefeito do Município, “Infelizmente estamos passando por uma situação constrangedora, um projeto com mais de 300 folhas e 600 artigos. Existem artigos que são dificultosos o entendimento, lamento muito pelo atropelo do nosso regimento”, diz José Aguielo. O vereador José Antônio fala que O Projeto de lei em questão, deveria ser analisado com mais cuidado por se tratar de impostos cobrados aos macaparanenses, e por esse motivo, não deveria ser votado desta maneira. O vereador Jones Fernando discorre que por ocasião da realização dessa sessão extraordinária, gostaria de dizer que o momento não é confortável para nenhum de nós, “Eu não tiro as razões dos vereadores que me antecederam e disseram que precisariam de mais tempo para apreciar a matéria, mas nós corríamos o risco de ter mais tempo para apreciar a matéria e muitos vereadores que estão aqui sequer tiveram o interesse de abrir ao menos para folhear, quanto mais para ler e entender?! É tão compreensível tal situação que eu posso vir aqui a tribuna desta casa e falar publicamente a todos vocês, que eu propus que nós apresentássemos um projeto substitutivo a esse projeto onde nós mencionássemos apenas os grandes prestadores de serviços, a exemplo da empresa que está implantando o parque de energia na Serra do Pirauá, das operadoras de telefonia celular, das operadoras de cartão de créditos e tantas outras. Seremos culpados da promoção de um prejuízo financeiro a arrecadação do município para o próximo ano de 2024 e que as demais situações nós deixasse por causa liberar no ano que vem mas infelizmente a minha proposta ela não foi aceita e hoje nós estamos aqui apreciando uma matéria que eu posso aqui dizer a todos vocês que alcança o grande e alcança também o pequeno, mas eu li a matéria e tirei minhas dúvidas a respeito de algumas situações e também vieram a me levar algumas indagações e eu posso garantir ao pequeno prestador de serviço do município de Macaparana o pequeno comerciante e é o pequeno empreendedor o código que nós vamos votar nele aqui na manhã de hoje não os atinge mais do que o corpo atual em vigor está atingindo em nada então chega aqui na tribuna e dizer que o comerciante que tem uma barraquinha que o pequeno comerciante que tem um mercadinho que o pequeno comerciante que tem a sua atividade já sacrificada vai ser

penalizado com esse código é uma prova maior ainda de que se quer pegar o código para foliar e vem na tribuna falar o que não sabe na tentativa de fazer um terrorismo nessas pessoas que vão ver daqui a 6, 7 e 8 meses quando tiver em vigor que elas não serão não foram atingidas em absolutamente nada no quesito financeiro de cobrança de taxa de impostos então é importante que nós entraremos essa matéria como uma matéria importante para o município porque o município é pequeno sobrevive basicamente de repasse do governo do Estado de repasse do governo federal que tem um poder muito limitado conforme atual de tributar principalmente os grandes empreendedores porque a gente não pode também deixar se estalar um parque eólico em tudo que tá se instalando em virar lá sem que o município tenha condições legais de arrecadar o justo tem que se limitar arrecadar uma mixaria porque o seu código tributário atual não lhe dá essa prerrogativa e é isso que o prefeito quer que amanhã que lhe dê a condição de alcançar também os que tem mais poder aquisitivo. O Juiz só determinou a realização da sessão e não a votar a favor mais, votarei com a consciência tranquila que estou fazendo o melhor. O vereador Ricardo Alexandre fala que muitos vereadores não sabem o que está escrito, mas estão fazendo terrorismo na tribuna. “A casa tem muitos advogados, mas não se debruçaram para analisar o projeto. Quero dizer para os vereadores que estão fazendo terrorismo, que os mesmos fazem por pura politicagem.”, disse o Vereador Ricardo. O vereador José Iranilton diz: “É importante frisarmos que na verdade 600 artigos precisam realmente serem dialogados, mas também precisamos votar por ser importante para o nosso município. Quando falamos das grandes empresas, é de suma importância para o município esse repasse. Nosso intuito é não deixar os grandes levarem todo o imposto só para eles.”. Não havendo mais vereadores para discutir o projeto, o Exmo. Sr. Presidente Pedro de Moraes passa a condução dos trabalhos da casa para o primeiro secretário e faz uso da tribuna. “Eu queria iniciar minhas palavras com uma frase que eu falei, acredito que ontem no vídeo, de que uma verdade ela sempre será uma verdade e uma mentira ela sempre será uma mentira. Tem pessoas hoje irresponsavelmente que insistem em uma mentira, mas a gente precisa dizer e sem convicto de sua posição e dá muito conforto você ter uma posição dessa quando você está com a verdade e a verdade é: não tivemos tempo suficiente para nos debruçarmos sobre 623 artigos da reforma do código tributário que mexe com todos os macaparanenses. Essa conversa que não mexe com o pequeno, é conversa para boi dormir, porque na hora que um grande paga mais impostos certo, não é ele que tá pagando não, ele repassa para o consumidor. Eu queria muito perguntar para você se um plano funerário ele é adquirido e pago pela sociedade que tem melhores condições? Não estou desmerecendo, todo mundo tem seu plano, mas geralmente, eu acredito, não sei, que a maior clientela de um plano funerário é o pessoal mais humilde, e na hora que a gente aumenta o ISS dele em quase o dobro, você acha que esse empresário vai dizer: “É aumentou e eu vou pagar aqui do meu bolso?”, vai aumentar no produto dele, então quando o vereador vem aqui e diz que o pequeno não vai ser afetado, me desculpe, tá totalmente enganado. Mas eu anotei aqui algumas considerações de amigos vereadores e vou relata-los aqui um por um. O vereador Tony Moura, que eu gosto de reconhecer que é um parlamentar aqui que, de fato tenta o diálogo, articulação, questiona, sempre procurando o equilíbrio e a harmonia entre os poderes, o qual eu tenho, repito, respeito e a gente tem uma boa relação, mas eu preciso da minha opinião sobre alguns pontos que ele falou, que eu discordo, por exemplo ele me diz que propôs que a gente só tratasse de seis itens: eólica, Celpe... sempre esse discurso! De chamar para uma coisa óbvia, quem aqui não quer que a eólica nos dê contrapartida? Quem aqui não quer que a Celpe melhore o serviço? Quem aqui não quer que as operadoras de cartão de banco não contribuam com a população? Pelo amor de Deus, é óbvio que a gente queria tratar, mas eu queria que vocês prestassem atenção numa coisa no discurso de encerramento aqui da sessão do dia 19 quem falou sobre isso fui eu, não foram eles não. Eu disse: “Se os

assuntos importantes são a ética, porque aqui no tratou eles, que daria tempo da gente apreciar e tramitar? Eu disse isso aqui e desafio, cadê os registros? Todo mundo aqui está dizendo que me propôs, quem me propôs isso foi o vereador Tony Moura, após todo desgaste da tramitação desse código, após as ameaças de impor uma sessão por parte do prefeito e após as ameaças de judicializar, e eu dizia: “O que está acontecendo?” Chamar a atenção, o que é que tem dentro desse código, que precisa ser aprovado ainda esse ano? Porque tem matérias que elas precisam ser aprovadas nesse ano para vingar do próximo e essas matérias que eles estão falando que são importantes só precisa de 90 dias. E eu disse a Tony Moura, estamos em recesso, quando voltar eu te garanto que na primeira sessão a gente já bota na pauta e vamos debater, discutir com o tempo que precisar. Isso se chama responsabilidade e coerência e respeito com o povo de Macaparana e com aqueles que votaram na gente. Então essa historinha de que me proporem, é mentira, a única proposta que eu recebi foi do vereador Tony Moura, após essa confusão, e eu não via a necessidade de fazer no escuro e nas carreiras. Em seguida o vereador Tony Moura falou que não afeta os pequenos, que eles não serão prejudicados, ou seja, a gente poderia ter avaliado, tá dizendo aqui que não faz sentido, eu na verdade reconheço a capacidade de Vereador Tony Moura, sempre reconheci. ele é um vereador capaz, inteligente, ele é um vereador que entende de lei, que sabe apreciar, que lê e interpreta muito bem, porque lei precisa ser interpretada, mas me admira muito esse ponto que eu não reconhecia dele, a capacidade de avaliar 623 artigos em tão pouco tempo, como ele falou que avaliou, de fato eu não acredito, mas se ele tá dizendo a gente tem que respeitar, eu acho que não foi tempo hábil, certo. Então, 623 artigos eu duvido muito que alguém aqui avaliou, mas vamos lá... e o vereador Tony Moura mencionou em sua fala que fez indagações a gestão, aos comandantes, ao Prefeito e ao seu fiel escudeiro, engraçado, Tony Moura pôde fazer indagações, a gente não pode fazer não, porque o vereador tem o direito de quando é apresentado um projeto, pedir informação, propor emendas, sugerir, então foi um direito de indagar, de questionar um projeto que foi proferido para quem é apoiador, e a gente no nosso direito legislativo que é previsto o questionamento, nós não tivemos esse direito, veja que interessante; a gente não teve porque não tramitou como deveria, então é outra questão. E uma fala do vereador Tony Moura também, o juiz não obrigou a votar, então ele disse que Vereador aqui que achar que não tá certo, não vota, eu acho que isso é quase que uma demagogia, porque eu tenho certeza que nos votos que tem aqui em sua maioria vão ser votos de grupo, vão ser votos seguindo ordem, não vai ser voto de opinião não, porque o próprio discurso dos vereadores aqui já deixam claro isso, teve vereador que reconheceu que o tempo não foi hábil, e esse vereador vai votar convicto? O vereador Tony Moura falou, mandou um recado, vamos lá então esperar coragem de vereadores, quem achar que não deve, não vota, vamos esperar eu duvido muito, vão ser voto de liderança, ou seja, faz e acabou. O vereador Ricardo disse aqui que esse projeto eu falei que não tinha dado tempo, e que chegou em minhas mãos no dia 11, esse assunto eu vou lhe dar até mais prazo, já vem sendo ensaiado há mais dois meses, veja que coisa boa, tô lhe ajudando, dando mais prazo, só que tem um detalhe amigo, esse projeto começou a ser conversado e foi proposto pela sua gestão certo, que viria aqui apresentar aos vereadores, porque era coisa importante para a cidade, eu disse ótimo, é assim que se faz um código tributário, porque eu acredito que ele devia vir, ser defendido, ser discutido com a sociedade organizada, CDL e etc, para que a gente de fato soubesse o que a gente tá fazendo, mas ficou só nessa conversa, vamos preparar, vamos ver, quando vai chegando no final do final do ano o assunto começou a ser gerado de novo, e demonstrando uma necessidade de passar nos escuros, de tramitar nessa casa sem que Vereador avaliasse, então de fato ele foi protocolado não, ele foi enviado pelo whatsapp dia 11, ele foi protocolado aqui no dia 18, e mesmo que fosse dia 11 eu duvido muito que os vereadores daqui tivesse tempo, ou tivesse a capacidade de avaliar os 623 artigos, então vou falar outra questão

tratou-se do jurídico ser rápido, né; porque a gente recebeu a liminar e recorremos, a gente tá tratando de uma liminar e ele também conseguiu num plantão e aí o jurídico vai responde no mesmo plantão, porque é um assunto só, o que nós não teríamos aqui força jurídica é para avaliar como eu disse 623 artigos, a gente precisa ter essa clareza. A questão do jurídico da câmara, os advogados estão a disposição, que não pode levantar aqui é o vereador não solicitar a assistência dele. O vereador Ricardo, falou assim, “mais uma derrota judiciária para esta casa”, essa casa é o povo, Vereador representa o povo, isso aqui não é derrota de Pedão não, isso aqui é uma derrota do povo, o juiz tá derrotando o povo, porque a gente aqui representa o povo, quem votou, quem não votou, então não é derrota da gente, essa questão de levar para o pessoal, para política, quem está fazendo politicagem não somos nós, essa é uma derrota do povo, quem tá ficando aqui desmoralizado e sem seu poder de direito são os vereadores, é a casa legislativa, que tá tendo suas obrigações, deveres e direitos usurpados, veio uma liminar que tá passando por cima, tá atropelando o regimento. A gente é o povo, nós estamos aqui para discutir e defender o interesse do povo, então uma liminar atropela tudo, está deixando a gente aqui sem alternativa, e esse processo vai rodar aqui sem que se tenha conhecimento. Outra situação que espero que a receita não escute, foi quando o vereador Pelé sugere que os empresários Macaparanenses não pagam imposto, essa é uma acusação muito grave. Digo mais uma vez, nós fomos impedidos de exercer o nosso papel como vereadores, nenhum dos vereadores sabem o que existe nesse código, falam o que escutam, tratam de seis itens para justificar os 623 artigos, passando nessa casa arbitrariamente, falam que eu não coloquei porque não quis, eu segui o regimento e por ter chegado fora da hora e com o número errado não foi pautado e ainda chegou com uma mensagem dizendo que nós somos irresponsáveis e que iríamos ter que aprovar de qualquer jeito, sem respeito algum com os vereadores. Nós já sabemos qual será o resultado, mas como eu falei ordem judicial não se discute, se cumpre.”, essas foram as palavras do Vereador Pedro de Moraes. Retomando a condução dos trabalhos, o Exmo. Presidente Pedro de Moraes envia o projeto as comissões competentes. Sem mais nada a tratar o Exmo. Presidente agradece a presença de todos, deixa marcada a próxima sessão para 12:30 do corrente dia, no mesmo local, salvo motivo de força maior. Depois mandou lavrar a ata que lida e achada conforme todos os vereadores presentes e finalmente com a Secretaria Izoleide Francisca Da Silva

*[Handwritten signatures and notes on lined paper]*